



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Belo Horizonte
2011**

MATEUS GOMES DE ALMEIDA

**A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Ms. Paula Elizabeth Nogueira Sales

Belo Horizonte

2011

MATEUS GOMES DE ALMEIDA

**A EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a Ms. Paula Elizabeth Nogueira Sales (orientadora) – UFMG

Prof^a. Dra. Rosimar de Fátima Oliveira – UFMG

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2011.

Dedico este trabalho a todos educadores que buscam uma educação de qualidade que conscientize, humanize e seduza o educando, para que seduzindo, ele possa aprender a ver o mundo com otimismo e esperança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, autor da vida. Aos meus pais José e Dalva, à minha esposa Cleonilva, ao meu irmão Marley Adriano pela simplicidade e alegria que transmite. Às amigas do curso Thereza e Rosemir, quanta aprendizagem nas viagens a Belo Horizonte, aos professores e alunos da Escola Municipal Memorial Zumbi, onde estou gestor desde 2003. As professoras Miriam e Paula pela orientação e paciência. À Congregação de São Luis Orione, nas pessoas do Padre Paulo Arcanjo e Luizinho, pela acolhida, apoio, compreensão e incentivo, quando tínhamos que ir para as aulas presenciais e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu pudesse fazer esse curso.

“Escola é... O lugar onde se faz amigos. Não se trata só de prédios, sala, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de ilha cercada de gente por todos os lados. Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem a amizade de ninguém, nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se amarrar nela! Ora, é lógico... Numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz.” ”

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho analisa a educação de tempo integral no âmbito do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João Guimarães Rosa, localizada na cidade de Três Marias - MG. Recentemente, diversas experiências de ampliação do tempo escolar têm permeado a realidade da educação pública brasileira, tornando-se um desafio constante para os educadores. Essa ampliação pode permitir uma transformação na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, porém, se não for bem organizada e planejada poderá resultar em fracasso. Nessa perspectiva, pretende-se neste trabalho refletir e discutir sobre elementos fundamentais, relativos ao tempo integral na escola, que possam subsidiar o processo de aprendizagem dos alunos não somente enquanto teoria, mas, sobretudo, como uma práxis eficaz.

Palavras-chave: Escola de Tempo Integral; Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	8
2.BREVE DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	9
3. EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO GUIMARÃES ROSA.....	12
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	16
ANEXO - Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João Guimarães Rosa.....	17

1. INTRODUÇÃO

Vivencia-se, atualmente, uma época de profundas e aceleradas transformações sociais, que incluem aspectos políticos, econômicos, culturais, científicos e tecnológicos. Nesta conjuntura, torna-se necessária uma educação integral, que promova a inserção social dos indivíduos. É nesse contexto que surge no cenário brasileiro a Escola de Tempo Integral, cuja implantação tem sido um grande desafio para aqueles que buscam a construção de um projeto educacional mais inclusivo.

Essa proposta educativa, que envolve a ampliação da jornada escolar, tem como base legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/96. De acordo com o art. 34 dessa lei, “a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.” O § 2º desse artigo institui que “o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996).

Em 2007, a Portaria Interministerial n. 17 criou o Programa Mais Educação, do Governo Federal, que objetiva fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, através do apoio a atividades sócio-educativas no contra turno escolar. Em seu art. 1º, a portaria afirma que essas atividades devem abranger:

[...] os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes. (BRASIL, 2007, p. 2)

A Escola de Tempo Integral traz um elemento importante para o processo educativo: aumenta a permanência dos estudantes na escola. Essa ampliação pode contribuir para modificar o processo de ensino-aprendizagem, gerando resultados efetivos, ou provocar um efeito contrário ao que se deseja, caso não seja bem organizada e planejada.

Desse modo, faz-se necessário reorganizar o tempo escolar, pensar em um espaço alegre, atraente, que seduza o aluno para que este possa aprender valores morais e princípios éticos, tais como alteridade, justiça e solidariedade, que são hoje tão conturbados em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva analisar a educação de tempo integral no âmbito do Projeto Político Pedagógico¹ da Escola Municipal João Guimarães Rosa, localizada em Três Marias - MG. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma análise documental do Projeto Político Pedagógico da escola, assim como uma pesquisa bibliográfica sobre o tema de interesse.

Será demonstrado ao longo deste trabalho que a educação de Tempo Integral traz no seu bojo uma nova identidade para a escola brasileira. Em um primeiro momento, será traçada uma breve definição de educação integral, onde o aluno poderá ter ampliado o direito à educação, garantido pela Constituição Federal. Posteriormente, será analisada a educação de tempo integral no âmbito do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João Guimarães Rosa, à luz da literatura sobre o assunto. Por fim, são apresentadas algumas conclusões do estudo realizado.

2. BREVE DEFINIÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

No Brasil, nos últimos anos, tem crescido o número de projetos na educação pública, que dão ênfase à educação integral, entendida como aquela que aumenta o tempo de permanência do aluno na escola, buscando-se mais eficiência nos resultados escolares. Segundo Cavaliere (2007), o tempo integral é determinado não só por demandas ligadas às crianças, mas também por outros tipos de demanda, como a necessidade dos pais de trabalhar e não ter com quem deixar os filhos. Ainda de acordo com essa autora:

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas: (a) ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior

¹ O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João Guimarães Rosa se encontra disponível no anexo deste trabalho.

exposição desses às práticas e rotinas escolares; (b) ampliação do tempo como adequação da escola às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher; (c) ampliação do tempo como parte integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos. (CAVALIERE, 2007, p.1016)

Além de aumentar a jornada escolar do aluno, esse tipo de educação deve considerar o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, mas também nas suas distintas dimensões, conforme propõe Guará:

O homem deve ser compreendido como ser multidimensional, a educação deve responder a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano. [...] A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria-prima da constituição da vida pessoal e social (GUARÁ, 2006, p.16).

O autor acrescenta, ainda, que o sujeito multidimensional é um sujeito desejante, o que significa considerar que, além da satisfação de suas necessidades básicas, ele tem demandas simbólicas que envolvem a busca de prazer nas mais variadas formas, inclusive, nas atividades de criação.

Nesse sentido, a educação integral precisa ser repensada, a fim de que atenda, de fato, a múltiplas demandas dos sujeitos, por meio de um conjunto variado de atividades, evitando-se experiências limitadas, tais como as que Cavaliere relata, no contexto da Educação Pública do Rio de Janeiro:

[...] houve casos em que a jornada integral, empobrecida em sua rotina devido à falta de atividades diversificadas, gerou o efeito contrário ao esperado. [...] A ocupação pouco interessante do horário integral levou à criação de um conceito negativo sobre essas escolas e ao seu conseqüente esvaziamento. (CAVALIERE, 2006, p. 1019)

Para que as experiências das escolas de Tempo Integral sejam bem sucedidas, faz-se necessário reorganizar a educação a partir dos interesses e realidade das crianças e jovens. É preciso também ter profissionais qualificados, criativos, que envolvam os alunos efetivamente no processo educativo, acompanhando e estimulando seus desenvolvimentos, fazendo-os criar uma relação amorosa com o saber. Caso contrário, a escola de tempo integral irá apenas

reproduzir a escola convencional, e o resultado será a potencialização dos problemas e a inadaptação, conforme ressalta Cavaliere (2006). Para que não se tenha este tipo de problema,

[...] além de definições curriculares compatíveis, toda uma infra-estrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. Numa escola de tempo integral, as atividades ligadas às necessidades ordinárias da vida (alimentação, higiene, saúde), à cultura, à arte, ao lazer, à organização coletiva, à tomada de decisões, são potencializadas e adquirem uma dimensão educativa. (CAVALIERI, 2006, p. 1022-1023)

Além disso, torna-se essencial aliar ensino e prazer, desenvolvendo práticas de ensino que gerem a vontade de aprender e o sentimento de prazer nos alunos. É necessário criar ambientes atraentes e que despertem o gosto pelo saber, tal como propõe Prumkwy:

A escola que a gente quer é a escola do prazer, aquela que a gente pode vir todos os dias. E nunca sinta vontade de ir embora. Não queremos uma escola que só tenha mesas cadeiras, quadro-negro e giz, mas sim uma escola da experiência, da convivência e da clareza. Se um dia alguém trazer um peixe que foi pescado no riacho perto da nossa casa, ele seria nosso objeto de estudo. (PRUMKWY *apud* MEC, 1998, p. 53)

Portanto, a educação integral se apresenta como mais um grande desafio, pois é preciso transformar o ensino-aprendizagem numa relação prazerosa e profícua, que favoreça a permanência dos alunos na escola.

A Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partida e daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem. (MOLL, 2009 p. 06).

Desse modo, entende-se que a educação integral é uma forma de ampliação do tempo e do espaço educativo. Essa noção de educação integral pressupõe a reunião de diversos campos, vivências e saberes, que se constitui como um meio de criar conhecimento e cultura. Destaca-se nessa concepção a importância conferida ao desenvolvimento integral do ser humano nos âmbitos sócio-afetivo, estético,

cultural e intelectual. Isso significa que tais dimensões devem ser educadas para a completa realização do potencial do indivíduo.

3. EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO GUIMARÃES ROSA

O projeto Educação de Tempo Integral, que foi implantado na Escola Municipal João Guimarães Rosa em 2004, tem como objetivo principal a ampliação da jornada escolar, por meio da realização de atividades, que vão além dos conteúdos ministrados em sala de aula, incluindo práticas artísticas, culturais, esportivas, dentre outras.

O desenvolvimento dessa proposta tem sido um grande desafio, tendo em vista a efetuação dos preceitos legais, expressos no artigo 205 da Constituição Federal de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

Percebe-se que a implantação da escola de tempo integral não foi uma manifestação e vontade da comunidade local, mas uma decisão do poder público municipal para amenizar os problemas que existia no bairro e circundam a escola, tais como alto índice de criminalidade, tráfico de drogas, alcoolismo e baixo desenvolvimento intelectual da comunidade. Considera-se esta uma iniciativa positiva, mas, muitas vezes, não produz uma consciência nas famílias sobre a importância e os benefícios da educação integral na vida dos filhos, permanecendo assim, uma visão sobre a escola de tempo integral similar ao que expõe Cavaliere:

É uma escola para os desprivilegiados, que deve suprir deficiências gerais da formação dos alunos; uma escola que substitui a família e onde o mais relevante não é o conhecimento e sim a ocupação do tempo e a socialização primária. A escola não é o lugar do saber, do aprendizado, da cultura, mas um lugar onde as crianças das classes populares serão “atendidas” de forma semelhante aos “doentes”. A escola de tempo integral é uma espécie de instituição de prevenção ao crime. Estar na escola é sempre melhor do que estar na rua. (CAVALIERE, 2007, p. 1028-1029).

Modificar esta visão assistencialista se constitui em um desafio a ser enfrentado pelos agentes da escola – corpo docente e gestores, que devem articular um processo de reflexão sobre o papel do Estado, da escola, da família e da sociedade em relação à responsabilidade integral da criança e do adolescente, redefinindo o papel de cada um em relação à educação.

Na escola pesquisada, essa visão vem se modificando, à medida que os pais começam a compreender a função e a importância da escola de tempo integral, passando a percebê-la não apenas como um espaço para deixar as crianças enquanto eles trabalham, mas como um meio de favorecer a formação integral dos seus filhos, prepará-los para atuarem em uma sociedade em constante transformação e se tornarem protagonista de suas vidas.

Como se pode perceber no Projeto Político Pedagógico da escola, a educação integral não se aplica a toda a sua clientela, sendo atendidos apenas 120 alunos, e estando restrita somente aos anos iniciais do ensino fundamental.

Outro aspecto a se destacar é o tempo de permanência dos alunos na escola, perfazendo um total de nove horas, visto que no curso regular o horário é de 7h às 11h30min, com intervalo para almoço às 1h30min, e a segunda jornada de atividades vai de 12h30min até as 17 horas.

Quanto à organização curricular, a escola desenvolve dentro de suas condições físicas e humanas, atividades ambientais, práticas esportivas, oficinas de arte, bordados, capoeira, reforço escolar, entre outras. As atividades são desenvolvidas no turno da tarde, sendo organizadas e ministradas por estagiárias do curso de Magistério de nível médio.

Percebe-se que a escola demonstra ter plena consciência da importância do currículo na eficácia da escola de tempo integral, pois no item quatro do Projeto Político Pedagógico, que trata sobre o Currículo, está claramente expressa uma preocupação em projetar o Currículo para além dos muros da escola, por meio da articulação entre teoria e prática, compreendendo a relevância de elementos extra-escolares para a formação das identidades dos alunos.

A escola tem desempenhado esse papel social sem dispor de estruturas adequadas e profissionais preparados para ministrar as atividades, o que tem dificultado a implementação do currículo da escola de tempo integral. Faltam muitos recursos materiais para atender às atividades esportivas e artísticas, tais como jogos matemáticos interessantes, livros com histórias atraentes, entre outros. Além disso,

não houve formação inicial e continuada para os profissionais que atuam na educação integral.

É de suma importância que os profissionais sejam interessados e remunerados adequadamente, visto que as assistentes/estagiárias recebem meio salário mínimo, valor irrisório, não condizente com o papel de um profissional que educa as futuras gerações. Este pode ser um dos motivos que faz com que estas assistentes não se sentam entusiasmadas e nem responsáveis por dinamizar o trabalho. Em consequência desses problemas, a escola tem perdido alunos do período integral.

Existe uma demanda junto à Secretaria Municipal de Educação de Três Marias para melhorar o atendimento integral no município, viabilizando recursos financeiros específicos para a implantação da proposta da escola integral, o que é fundamental para a realização de um trabalho que gere resultados efetivos.

Para tanto, além do investimento financeiro, torna-se imprescindível conceber a escola de tempo integral não como uma mera extensão da escola regular. Cavaliere (2007) afirma que é a dimensão cultural que deve ser pensada nesse tempo a mais que os alunos permanecem na escola, na realização de atividades diversificadas e que venham ao encontro do gosto dos alunos, para que eles permaneçam mais tempo na escola. Nas palavras da autora:

O tempo integral seria um meio a proporcionar uma educação mais efetiva do ponto de vista cultural, com o aprofundamento dos conhecimentos, do espírito crítico e das vivências democráticas. A permanência por mais tempo na escola garantiria melhor desempenho em relação aos saberes escolares, os quais seriam ferramentas para a emancipação. (CAVALIERE, 2007, p. 1029).

Urge repensar a educação integral na Escola Municipal João Guimarães Rosa, em Três Marias, e buscar uma prática educativa libertadora e eficaz, que leve em consideração a realidade do educando, para que sua aprendizagem seja efetiva. É preciso reivindicar a oferta de uma educação de qualidade, voltada para as demandas da sociedade, pois a educação é o caminho mais viável para minimizar a desigualdade e exclusão social, melhorando as condições de vida da população e contribuindo para o desenvolvimento da nação.

Nessa direção, são vários os desafios enfrentados pela escola na construção de uma educação integral de qualidade. Pode-se afirmar que a consciência e a

vontade de implementar as mudanças necessárias existem na escola. Várias medidas, mesmo que lentas, já estão sendo tomadas, tais como maior envolvimento e participação das famílias, valorização da cultura local, desenvolvimento de projetos interdisciplinares, utilização de espaços extra-escolares e, sobretudo, fortalecimento da gestão democrática com a participação da comunidade nos assuntos escolares, principalmente, na construção do Projeto Político Pedagógico.

Ainda é preciso que os educadores do projeto Educação de Tempo Integral sejam mais bem preparados, tenham melhores salários e busquem uma relação prazerosa com o saber. “[...] Entendendo-se mais tempo como oportunidade de uma outra qualidade de experiência escolar, é que a escola de tempo integral pode trazer alguma novidade ao sistema educacional brasileiro.” (CAVALIERI, 2007, p. 1023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao examinar a educação de tempo integral, em uma abordagem teórica e no contexto de uma escola pública de Três Marias – MG, conclui-se que a mesma deve ser desenvolvida por meio de atividades diversificadas, integradas ao currículo escolar, possibilitando ao ser humano uma formação mais completa. Essas atividades formativas devem incluir conhecimentos gerais, práticas artísticas, culturais e esportivas, devendo ser empreendidas em uma perspectiva crítica, a fim de promover a emancipação dos sujeitos. Caso contrário, recai-se em experiências pouco efetivas.

Além disso, considera-se imprescindível a formulação de políticas públicas educacionais, que impulsionem a prática da formação integral em espaços com infra-estrutura apropriada, com gestores e professores competentes, com um currículo que integre de maneira eficiente elementos teóricos e práticos, tendo em vista promover a inclusão efetiva dos indivíduos na sociedade.

Assim sendo, é essencial que a educação de tempo integral compreenda uma formação abrangente, que permita aos educandos não só agirem sobre o mundo, mas também compreender de modo crítico o significado da realidade que os cercam.

Enfim, promover a educação integral não é uma tarefa simples, mas um grande desafio, que exige muito esforço e muita persistência. A sua concretização depende de vários fatores que se articulam entre si, tais como incentivo e participação da comunidade, da equipe escolar, compromisso dos governantes, recursos financeiros, físicos e humanos, que de fato possam viabilizar uma efetiva educação integral.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 dez. 2010.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 nov. 2010.
- BRASIL. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 abr. 2007.
- CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2010.
- GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, n. 2, p. 15-24, 2006.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC, 1998.
- MOLL, Jaqueline (org.). **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC, 2009.

**ANEXO – Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João Guimarães
Rosa**



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
JOÃO GUIMARÃES ROSA**

MATEUS GOMES DE ALMEIDA

ROSEMIR MARIA DOS SANTOS

THEREZA WILDEÂNEA RIBEIRO

BELO HORIZONTE, 2010.

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
JOÃO GUIMARÃES ROSA**

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina Projeto Vivencial do Curso de Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG sob orientação da professora Miriam Queiroz de Souza Daniel.

BELO HORIZONTE, 2010

SUMÁRIO

1-Introdução	04
2- Finalidades da Escola.....	06
3- Estrutura Organizacional.....	08
3.1- Estrutura Física.....	08
3.2- Estrutura Administrativa.....	09
3.3- Estrutura Pedagógica.....	12
4- Currículo.....	17
5- Tempos e Espaços Escolares.....	23
6- Processos de Decisão	27
7- Relações de Trabalho.....	28
8- Avaliação.....	29
10- Referências Bibliográficas.....	34

1- INTRODUÇÃO

Diante das mudanças do mundo contemporâneo em que as pessoas vêm perdendo valores culturais e morais, torna-se necessário proporcionar ao homem uma educação de qualidade para que sejam superadas as injustiças, diferenças, distinções e divisões. Nesse sentido:

A escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. O Projeto Político Pedagógico deve de fato mostrar, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, João Ferreira- A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola- texto 02- ano, sd. p.01)

A escola além de socializar o saber, trata-se de uma instituição na qual se inicia a socialização de pessoas, constitui-se como espaço democrático que tem por objetivo estabelecer relações de co-responsabilidade com a comunidade escolar em seus processos de tomada de decisões, sendo assim o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal João Guimarães Rosa se propõe a contribuir para a formação do aluno do cidadão, através da oferta de uma educação de qualidade que valoriza a realidade do aluno, para que este seja agente na construção de uma sociedade mais justa.

De acordo com OLIVEIRA O projeto é, pois, um planejamento em longo prazo, atividade racional, consciente e sistematizada que as escolas realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa.

Nesta direção, Veiga (1996; 1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

Esta Proposta esta inserida no Plano Desenvolvimento da Escola (PDE) e é embasada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Foi elaborada coletivamente, isto é, com a participação democrática de toda Comunidade Escolar, será executada pelos profissionais da educação e por membros de outros segmentos da comunidade, com o compromisso de contribuir para a transformação da sociedade na perspectiva da justiça social, como nos adverte BARBIER (1996)

“Projeto Político Pedagógico, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma idéia, transformando-a em ato.”

A concepção de educação presente nesta Proposta Pedagógica entende que a Escola pode e deve contribuir para formação integral do ser humano, tornando-o um cidadão crítico, questionador, ativo, reflexivo e apto ao exercício da cidadania, pois a mesma direciona os caminhos, meios e estratégias para que todos possam chegar a um ensino de qualidade.

A Escola Municipal João Guimarães Rosa pertence a Rede Municipal de Ensino de Três Marias - MG está localizada no Bairro Ermírio de Moraes, à Rua Ângelo Dayrell de Magalhães,s/n. Fone (38) 3754-2286 com o endereço eletrônico emj.guimaraesrosa @hotmail.com.br.

Quanto aos níveis e modalidade de ensino ministrado, a escola atende à Educação Infantil 1º Período e 2º Período; o Ciclo da Alfabetização - com três anos de duração; Ciclo Complementar - com dois anos de duração, os anos finais - do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental; uma turma do Projeto Acelerar para Vencer (PAV) do 1º Período dos Anos finais e o Tempo Integral para os alunos do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental. Atualmente atente um total de 320 alunos, sendo que destes, 120 freqüentam a escola em Tempo Integral.

O bairro em que a escola está localizada possui rede de água tratada, rede de esgoto e pavimentação, porém, faltam áreas de lazer com praças espaçosas e quadras poliesportivas. A comunidade possui somente uma Escola, uma Igreja Católica e um Posto de Saúde que atende as comunidades circunvizinhas desenvolvendo trabalhos preventivos e campanhas contínuas de conscientização e sensibilização em parceria com a Escola, mensalmente a escola é cedida à Pastoral da Criança para a pesagem das crianças e também para realização de encontros de grupos religiosos. A comunidade é bem servida pelo comércio local, pois possui supermercados, bares, padarias, açougues, Lan-house e outros comércios do centro da cidade. O transporte coletivo é pouco utilizado pelos moradores, ficando quase restrito aos funcionários e parceiros de empresas privadas, a maior parte da população utiliza o serviço de Moto Táxi.

A população do bairro é constituída de funcionários públicos, domésticas, diaristas, autônomos, comerciantes e funcionários de empresas privadas tais como Gerdau, Cafa, Plantar, Votorantim Metais. Possuem renda média de um a dois salários

mínimos e mais da metade da população mora em domicílio próprio. Quase todos os moradores do Bairro possuem DVD, TV, Celulares e Eletrodomésticos. Quanto ao computador, apenas 25% revelaram possuir em casa. O estado civil da maioria dos pais é casado, tendo o pai como responsável pelo sustento da família. A religião predominante é a católica.

2 – FINALIDADES

A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB Nº 9394) define em seu Art.2º que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação.

A Escola Municipal João Guimarães Rosa, inspirada neste princípio tem por finalidade proporcionar aos seus educandos um ensino de qualidade, que atenda as novas demandas e exigências da sociedade contemporânea e que além de cumprir sua função de socializar o saber sistematizado, promova uma convivência democrática, o respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos a fim de garantir condições de permanência e uma aprendizagem significativa para seus alunos, que começa na escola e prossegue ao longo da vida.

Segundo DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, (p.6)

A Qualidade da Educação, entendida como fenômeno complexo, deve ser abordada a partir de várias perspectivas que assegurem dimensões comuns. ...é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como, a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação a aprendizagem das crianças etc. Destaca, ainda, que a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno.

Sendo assim, para garantir as finalidades e objetivos a serem alcançados pela escola, é preciso o fortalecimento das instâncias colegiadas presentes no ambiente escolar, a fim de unir forças e buscar parcerias junto aos órgãos competentes, recursos materiais e humanos, condições de trabalho e de pessoal valorizado, motivado e engajado no processo educativo para o bom funcionamento da escola e a garantia de um ensino de qualidade.

Uma sociedade democrática faz-se através da formação de cidadãos que buscam conhecimentos e conquistam seus direitos, refletindo sobre seus problemas e possíveis soluções, sujeitos capazes de apropriarem do saber como um direito

universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, atualizados historicamente e sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo-espço.

No sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento, a Escola Municipal João Guimarães Rosa pautada nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e na Resolução SEE nº. 469/03 tem por objetivo desenvolver uma educação voltada para a coletividade, aberta a participação de toda a comunidade, partindo da vivência do aluno, para que o mesmo possa construir seu conhecimento através de experiências e observações, e as coloque em prática.

Dentro desta perspectiva e com vistas a garantir as oportunidades educativas requeridas para o rendimento das necessidades básicas de aprendizagem dos alunos, definimos junto aos atores envolvidos neste processo de construção do Projeto Político Pedagógico da escola os objetivos a serem alcançados:

- Promover o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- Desenvolver no aluno a compreensão do ambiente natural social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- Propiciar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- Estimular o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- Procurar promover o desenvolvimento integral do educando através de atividades de socialização, reflexo de valores e ações solidárias e humanistas;
- Orientar os educandos para que tenham condições de aprender, pesquisar e compreender o papel do trabalho na formação profissional e sua valorização humana;
- Buscar a formação dos educandos para participação que implica direitos e deveres do cidadão;

➤ Procurar preparar culturalmente os educandos, valorizando e respeitando a diversidade cultural para melhor compreensão da sociedade em que vive.

3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 – ESTRUTURA FÍSICA

Quanto à estrutura física a escola possui um total de 898m² de área construída. É uma construção em alvenaria, parte da cobertura com telhado de amianto com forro em Eucatex.

Realizando o diagnóstico físico da Escola percebemos diversas necessidades a serem priorizadas em relação à sua estrutura, principalmente no aspecto arquitetônico em virtude da compactação do prédio espremido entre residências. A mesma não dispõe de um refeitório. A cobertura do pátio interno precisa ser melhorada posto que, em época de chuvas, não cumpre seu propósito. O pátio externo necessita de cobertura e da construção de um palco para apresentações artísticas e o piso feito com blocos de cimento muito grossos onde nele freqüentemente nossos alunos se machucam, até mesmo em simples queda. Há necessidade de ser reformado e protegido por grades de ferro, em virtude de um desnível de mais de um metro em relação ao piso inferior, o que favorece acidentes durante o recreio e nas aulas de Educação Física. Também necessita de revisão nas instalações elétricas e reforma do telhado para reestruturação física. Será de grande valor um estudo realizado por engenheiros a fim que possa haver uma otimização do espaço disponível, para torná-lo mais aprazível aos alunos, funcionários e comunidade. A escola apresenta também problemas de acessibilidade, já que não dispõe de rampas de acesso à escola, às salas e para o pátio externo. Necessita de barras de segurança e de banheiros adaptados para alunos com necessidades educacionais especiais.

O Espaço Físico da Escola é formado por doze salas de aula, uma sala onde o espaço é dividido entre a biblioteca e um laboratório de informática; uma sala para o diretor; uma secretaria; uma sala de professores, uma Sala de Supervisão Pedagógica, uma cozinha e uma despensa pouco arejadas; 10 banheiros para os

alunos; dois banheiros para os funcionários; uma pequena área de serviços e um pátio externo sem cobertura e sem iluminação.

3.2 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O quadro de pessoal docente e administrativo é constituído de acordo com a Legislação Nacional e compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a designação e a contratação de toda a estrutura organizacional.

Todos estes profissionais possuem cargos regidos por normas regimentais em consonância com a legislação vigente expressas no Regimento e nas Normas Internas de Serviços da Escola, que definem as atribuições de cada cargo, seus direitos e deveres.

A jornada semanal de trabalho do Professor I, regente de turmas da Ed. Infantil e do 1º ao 5º Ano é de 26 horas semanais, sendo 21 horas de integração com os educandos, 02 horas de reuniões pedagógicas e administrativas e 03 horas de atividades extraclasse. Para os Professores II dos Anos Finais a carga horária é de 26 horas semanais, sendo 18 horas de integração com os educandos, 02 de reuniões pedagógicas e administrativas e 04 para atividades extraclasse. Diretor e Pedagogo cumprem 40 horas semanais, funcionários administrativos e os assistentes de crianças cumprem 30 horas semanais.

Para desenvolver o seu trabalho, a Escola possui trinta e quatro (34) funcionários com a seguinte estrutura organizacional relacionada nos quadros a seguir:

Qt.	Função/ Nível	Turmas	Grau de Escolaridade	Situação Funcional
01	Diretora		Graduação em Pedagogia	Cargo comissionado Efetiva PI
01	Pedagoga		Pedagogia	Efetiva
01	Professor I	1º período	Pedagogia	Contratada

01	Professor I	2º período	Pedagogia	Efetiva
01	Professor I	1º ano	Normal Superior	Efetiva
01	Professor I	2º ano	Normal Superior	Contratada
01	Professor I	3º ano	Pedagogia	Efetiva
01	Professor I	4º ano	Magistério	Contratada
01	Professor I	5º ano	Magistério	Contratada
01	Professor I	Eventual	Normal Superior	Efetiva
02	Professor I		Normal Superior	Ajust. Funcional Efetivas
01	Professor I	Biblioteca	Licenciatura em Ciências Biológicas	Ajust. Funcional Efetiva
01	Professor II (Ling.Port.)	6º ano e PAV	Licenciatura em Letras	Efetivo
01	Professor II (Ling.Port.)	7º, 8º e 9º ano	Licenciatura em Letras	Contratada
01	Professor II (Matemática)	7º e 9º ano	Licenciatura em Matemática	Efetiva
01	Professor II (Matemática)	6º 8º e PAV	Licenciatura em Ciências Biológicas	Contratada
01	Professor II (Ciências)	6º ao 9º ano, PAV	Licenciatura em Ciências Biológicas	Contratada
01	Professor II (Geografia)	6º ao 9º ano, PAV	Licenciatura em Geografia	Efetiva
01	Professor I (História)	6º ao 9º ano, PAV	Licenciatura em Estudos Sociais	Efetiva
01	Professor II (Ens.)	6º ao 9º ano	Pedagogia	Contratada
	Professor II (Filosofia)			

	Professor II (Artes)			
01	Professor II (Inglê)	6º ao 9º ano	Licenciatura em Letras	Efetiva
01	Professor II (Ed. Física)	6º ao 9º ano	Licenciado em Ed. Física	Efetivo
05	Estagiárias	1º ao 5º Ano	Magistério em curso	Contratadas
01	Auxiliar de Secretaria		Ensino Médio	Efetiva
01	Auxiliar de Secretaria		Pedagogia	Efetiva
02	Servente Escolar		Ensino Elementar incompleto	Efetiva – Ajust.Funcional
03	Servente Escolar		Ensino Fundamental	Efetiva
03	Servente Escolar		Ensino Médio Completo	Efetiva
02	Servente Escolar		Ensino Médio Completo	Efetiva – Ajust.Funcional
01	Guarda Mirim		Ensino Fundamental	Serviços Gerais

3.3 - ESTRUTURA PEDAGÓGICA

3.3.1 - SISTEMA DE RECUPERAÇÃO

3.3.1.1- PROGRESSÃO

A Escola adota a organização do Ensino Fundamental em Ciclos com progressão continuada de estudos que é o procedimento que permite aos alunos avanços sucessivos e sem interrupções nos ciclos, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Em conformidade com as Resoluções de nºs 1.086/08 e 521/04, nos anos iniciais o aluno que ao final do Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar, não tiver alcançado um mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos propostos para os conteúdos curriculares ou tenha frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) das horas letivas, está sujeito à retenção depois de esgotados todas as estratégias pedagógicas para sanar as dificuldades dos alunos.

A progressão parcial poderá ser adotada nos quatro anos finais do ensino fundamenta para o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas. Ficará retido no ano em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial. Para efeito da definição da retenção do aluno, cada disciplina deve ser computada apenas uma vez, independentemente dos anos em que incidir, tendo em vista que a recuperação deve ser planejada considerando as aprendizagens fundamentais de cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno. O aluno concluirá o ensino fundamental somente quando obtiver a aprovação em todas as disciplinas inclusive naquelas em que se encontrar em regime de progressão parcial.

3.3.1.2 - RECUPERAÇÃO

A recuperação é oportunizada a todos os alunos, dando-se ênfase ao resgate de conteúdos não aprendidos.

O sistema de recuperação adotados na Escola é paralelo e contínuo, com o objetivo de dar oportunidade ao aluno de refazer sua aprendizagem, através de estudos orientados, individuais ou em grupos, realizados em sala de aula e extra-classe, exercícios e testes orais e escritos, auto avaliação, assistência diferenciada envolvendo os conteúdos não dominados.

3.3.1.3 - ESTRATÉGIAS PARA AMPLIAR AS OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM.

As novas oportunidades de aprendizagem aos alunos Educação Infantil ao 5º ano são desenvolvidas no contra-turno, observando-se as peculiaridades de cada caso e a disponibilidade do pessoal docente. Estas novas oportunidades estão previstas no Plano de Intervenção Pedagógica – PIP.

As atividades oferecidas aos alunos que não alcançaram os objetivos propostos são planejadas e elaboradas conjuntamente com professores e pedagogo, de acordo com as capacidades que ainda não venceram, podendo para tanto utilizar os mais variados recursos pedagógicos como: atendimento individualizado, atividades orais e escritas, materiais concretos, jogos educativos, trabalhos individuais e em grupos, realizados em sala de aula e extra classe, monitoria feita pelos colegas, trabalho de leitura com diversos gêneros textuais, palestras educativas, participação em eventos sócio-culturais, projetos interdisciplinares, oficinas pedagógicas, pesquisas de campo, experiências, auto avaliação e outras mais que atendam as necessidades individuais dos alunos.

3.3.1.4 - PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Tendo como objetivo a melhoria do desempenho de todos os alunos, a escola também participa do PIP - Plano e Intervenção Pedagógica, uma iniciativa do governo Estadual introduzido no ano de 2007. Desde 2008 a equipe optou em dar continuidade ao plano. Este apoio pedagógico acontece semanalmente para os alunos do 1º ao 5º ano, em horário extra-curricular. As aulas são ministradas pelo professor regente da turma, com atividades planejadas de acordo com as dificuldades específicas dos alunos, a fim de favorecer o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, interpretação e o raciocínio lógico matemático. Para os alunos dos anos finais, é ministrada de forma interdisciplinar, uma hora/aula semanalmente com atividades de reforço nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Além dos alunos que possuem necessidades específicas de aprendizagem participar do projeto, que é direito do aluno, o professor da turma mantém um acompanhamento permanente através de conversa com a família e atividades suplementares.

3.3.1.5 - CLASSE DE ACELERAÇÃO

Não basta universalizar o ingresso de toda criança na escola, é preciso que todos os alunos que entrem na escola, nela permaneçam e se sintam incluídos.

A aceleração de estudos é uma estratégia de intervenção, com objetivo de reduzir o índice de distorção idade/série, possibilitando ao aluno a oportunidade de

reestruturar sua aprendizagem, contribuindo assim para a elevação de sua auto-estima.

Para atender aos alunos com dois ou mais anos de distorção idade /série, a escola adota como estratégia, a Classe de Aceleração, de acordo com a legislação vigente e com aprovação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Neste ano de 2010, os alunos dos anos iniciais com dois ou mais anos de distorção idade/série, estão participando do PAV – Projeto Acelerar para Vencer em outra Escola, visto que o número de alunos não foi suficiente para formação de turma. A escola possui uma turma de 1º Período(6º e 7º ano) PAV, anos finais.

3.3.1.6 - CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

Classificar significa posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos ou outras formas de organização, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo processo de avaliação definido pela escola em seu Regimento Escolar.

A escola adota o sistema de classificação do aluno que pode ocorrer em qualquer ano ou período do ciclo, exceto o 1º ano do Ensino Fundamental, é feita:

I – Por promoção para os alunos que cursaram com aproveitamento o ano anterior, na própria Escola;

II – Por transferência para candidatos procedentes de outras Escolas situadas no País ou no Exterior, considerando os componentes da base nacional comum.

III – Por avaliação, independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação desenvolvida pela Escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua matrícula no ano do Ciclo do Ensino Fundamental correspondente.

Reclassificar significa reposicionar o aluno no ano do Ciclo do Ensino Fundamental diferente daquele indicado em seu Histórico Escolar.

Para desenvolver o processo de Classificação ou Reclassificação, a Escola organiza uma comissão especialmente para esse fim, é nomeada pelo Secretário Municipal de Educação e presidida pelo Diretor da Escola e composta por, no mínimo:

I – Três professores regentes de turma;

I – Supervisor Pedagógico.

A Comissão de Classificação e ou Reclassificação elabora avaliações em todos os conteúdos curriculares da base nacional comum, que contemplem os pré - requisitos de aprendizagem e maturidade necessários ao prosseguimento escolar do candidato.

É considerado apto aquele candidato que tiver um desempenho igual ou superior a 60% (sessenta por cento) em todos os conteúdos objeto da Classificação ou Reclassificação.

Os documentos que fundamentam a Classificação ou Reclassificação são arquivados na secretaria da escola, na pasta do aluno e, deve constar em seu histórico escolar, por ocasião de sua transferência ou conclusão do Ciclo, informações sobre o processo de Classificação ou Reclassificação a que ele tenha sido submetido.

3.3.1.7 - ATENDIMENTO A ALUNOS EM SITUAÇÃO ESPECIAL

É proporcionado atendimento especial ao aluno amparado pelo Decreto-lei Federal nº 1.044/69, de 21 de outubro de 1969, comprovadas por laudo médico fornecido por órgão oficial ou autoridade que mereça fé pública.

O aluno pode comparecer à parte das aulas ou em horários prefixados que lhes permitam receber orientação dos professores para trabalho individualizado, ou receber orientação em casa através de textos e exercícios domiciliares que são executados com a ajuda de colegas, irmãos ou vizinhos que possam colaborar com a escola.

A avaliação do rendimento se faz de forma a adaptar-se às condições do aluno, permitidas provas feitas em casa, trabalhos especialmente planejados, assistência especial ou recuperação e todos os recursos considerados válidos para que o aproveitamento registro corresponda ao alcançado pelos demais alunos, no mesmo período ou série em que o aluno esta matriculado.

O atendimento especial não pode ser aplicado, se a situação excepcional do aluno perdurar durante todo o ano letivo, quando então o mesmo é considerado reprovado.

3.3.1.8 - ATENDIMENTO A PORTADORES DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Abrir as portas das escolas para os alunos com necessidades educacionais especiais é um compromisso dos governos, das escolas, dos professores, das famílias e dos próprios alunos.

A inserção dos alunos com deficiências e condutas típicas em classes comuns exige mudanças de atitudes, pois não só a família e o aluno com deficiência se esforçam para adaptar-se à escola, mas essa também se transforma de modo a facilitar e tornar possível o ensino para todos.

Esta Escola procura atender a diversidade de seus alunos, principalmente através de atitude pessoal de acolhimento pelos professores e demais servidores.

A inclusão destes alunos em classes comuns está amparada pela legislação vigente como Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Decreto nº 3.298/99, Lei nº 10.172/01 – Plano Nacional de Educação, Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica, e que orienta as ações desta Escola no atendimento destes alunos.

Para a regulação da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como para a avaliação da intervenção pedagógica em seus múltiplos aspectos, a Escola Municipal João Guimarães Rosa está em processo de elaboração de um Plano de Desenvolvimento Individualizado do aluno - PDI, aporte instrumental importante que apresenta o percurso avaliatório de forma processual e descritiva.

De acordo com o documento elaborado pela SEE/MG,

A avaliação da aprendizagem, na perspectiva formativa, consubstancia-se mediante um processo compartilhado, contínuo e permanente a ser desenvolvido na escola, que lhe permita intervir, não aprioristicamente, mas a partir da identificação e do conhecimento das variáveis tidas como barreiras para a aprendizagem e o desenvolvimento global do aluno, seja de forma preventiva ou remediativa. Como instrumento de análise, servirá, também, para o aprimoramento das instituições de ensino e suas práticas.

Depois de concluída a avaliação, a Escola planeja propostas pedagógicas adequadas às condições de aprendizagem do aluno, envolvendo tanto o currículo, como as formas de avaliação. Caso necessário, a escola encaminhará para outros

profissionais da área da educação, saúde e assistência social, ou buscará apoio em escola especial.

Quanto à acessibilidade a Escola possui um projeto de adequação do seu espaço físico.

Em 2009 a escola foi contemplada com o Programa de Educação Inclusiva, já recebemos parte dos equipamentos para montar uma sala de multimeios, o grande desafio é a falta de profissionais habilitados em Libras e Braille.

Os educadores da Escola ainda não tiveram capacitação em Educação Especial, embora a Secretaria Municipal de Educação e Cultura tenha ofertado cursos nesta área. No entanto a Escola tem procurado discutir o assunto em suas reuniões pedagógicas.

4 - CURRÍCULO:

Sendo o Currículo uma proposta aberta e flexível, que tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento e propor uma sistematização de meios para que esta construção se efetive e atinja o seu objetivo, este deverá retratar a concepção de educando e de sociedade que se quer formar, como se organizará o trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia de trabalho.

De acordo com BARBOSA,(2001)

...curriculistas conceituados definem Currículo como sendo um artefato cultural, um campo de produção de cultura, além de reprodução de cultura, como um campo de conflito em torno da definição de conhecimento. Partindo dessa concepção, é preciso, nas escolas, vincular o processo curricular a desenvolvimentos culturais mais amplos e abrir espaço para a crítica de diferentes manifestações culturais. (Barbosa, 2001, p.41)

No processo de elaboração do Currículo desta escola, percebe-se essa preocupação, pois em sua parte diversificada estão incluídas as disciplinas de Educação para o Trânsito Educação Infantil e Anos Iniciais e Jornalismo, Redação e Filosofia para os Anos Finais, com o objetivo de enriquecer e complementar a Base Nacional comum, propiciando a escola à introdução de projetos e atividades do interesse da comunidade.

Segundo Barbosa citando Apple (1991),

a questão curricular corresponde a um processo contínuo e complicado de desenho do ambiente escolar, um ambiente simbólico, material e humano constantemente em reconstrução. É mesclado com os desafios, lutas, conquistas, resistências e perdas que, dia a dia, tornam o cotidiano escolar um espaço rico, imprevisível, imponderável, incompleto e estimulante no qual diferentes atores traduzem e redefinem o que se esboça com possibilidade e como regulação de planos, e propostas políticas. (Apple, 1991, p.44)

A organização curricular adotada na Escola Municipal João Guimarães Rosa, bem como no município de Três Marias, está pautada na concepção atual de Currículo expressa tanto na LDBEN quanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os diferentes níveis de ensino e também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), contemplando uma base comum: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Religiosa e Educação Física, sendo complementada por uma parte diversificada, que enriquece o Currículo.

Na Escola Municipal João Guimarães Rosa existe uma preocupação em projetar o âmbito do Currículo para além dos muros da escola assim como a articulação teoria-prática, permite, por um lado, que melhor se perceba a importância de elementos extra-escolares na formação das identidades dos alunos.

Os Temas Transversais são articulados com outros conteúdos clássicos e as questões da atualidade, tendo como eixo norteador uma dimensão histórica, política e cultural. Os professores têm buscado desenvolver atividades interdisciplinares através dos temas transversais: Meio Ambiente, Ética, Saúde, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, e temas locais, através da contextualização das diferentes áreas do conhecimento, que funciona como um eixo capaz de aproximar saberes, introduzindo no Currículo temas atuais, de modo a relacionar conteúdos de aprendizagem com a formação de valores éticos.

Para a organização curricular dos anos finais do Ensino Fundamental, são observadas as diretrizes contidas com Conteúdos Básicos comuns – CBC, definidos pela Resolução SEE nº 666/2005, de 08 de abril de 2005.

Na rede municipal de Três Marias, o Currículo a ser trabalhado nas escolas é elaborado em equipe formada por: professores, especialistas e chefe da Divisão Pedagógica que se reúnem para discutir, respeitando as realidades, as diferenças e as necessidades existentes em cada contexto. No início de cada ano letivo é feito o estudo das leis que regulamentam a proposta curricular, são discutidas possíveis alterações ou adaptações de acordo com as necessidades de cada turma, a partir

de então são elaborados os Planos de Curso pelos professores, consolidando assim o Planejamento curricular do ano em vigência.

4.1- CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases – 9394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Resolução SEE-MG nº 443, a Escola Municipal João Guimarães Rosa, se propõe a um trabalho baseado nas diferenças individuais e na consideração das peculiaridades das crianças na faixa etária atendida pela Educação Infantil.

A proposta metodológica e o programa de ensino do 1º e 2º Períodos têm como finalidade o desenvolvimento do educando como um todo, através da interação do sujeito com seu meio numa relação dialógica, considerando a evolução dos aspectos biológicos, físico-motor, cognitivo e afetivo-emocional, fundamentadas nas teorias de Jean Piaget, Vygotsk e de outros teóricos pesquisadores da educação, buscando o desenvolvimento da linguagem como forma de comunicação e ampliação do pensamento, a aquisição de conceitos básicos do esquema corporal, da orientação espacial, da organização temporal, do ritmo e da coordenação visomotor. O trabalho com o conhecimento da sociedade deve acontecer sobre temas da vida cotidiana: família, escola, casa e as datas comemorativas. Buscamos o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, conceitos básicos o domínio das quantidades numéricas, cores e formas geométricas, proporcionado aos alunos experiências e o contato com materiais concretos. Ao longo do ano são desenvolvidas atividades educativas que ajudam as crianças a compreender certos princípios e valores, a conhecer seus direitos e os dos outros, a descobrir a importância das relações interpessoais, a valorizar a integração entre os grupos, a descobrir o seu próprio eu e a valorizar a sua auto-estima, bem como a importância e o cuidado com a natureza.

4.2 - ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental de nove anos é organizado em Ciclos nos anos iniciais com ênfase na alfabetização e letramento, constituindo-se numa poderosa ferramenta para elevação da qualidade da educação pública, pois vem universalizar a pré-escola no âmbito do Ensino Fundamental.

A organização curricular do Ensino Fundamental da Escola Municipal João Guimarães Rosa, está em conformidade com as normas fixadas pelo Conselho Nacional de Educação e contempla a parte diversificada e a base nacional comum. Os conteúdos recebem tratamento equilibrado na distribuição da carga horária a eles atribuídos e estão de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e Programa Oficial do Estado.

O Currículo não é um instrumento neutro, ele está intimamente ligado à forma de organização do trabalho da escola, à postura dos educadores, à organização dos conteúdos e à metodologia de trabalho. A implementação do Currículo deve favorecer as atividades interdisciplinares e o estudo de temas transversais de modo a relacionar os conteúdos da aprendizagem com a formação de valores sociais e éticos.

A Educação Religiosa, de matrícula facultativa para o aluno, constitui disciplina obrigatória do Currículo do Ensino Fundamental, sendo ministrada pelo professor regente. Os temas trabalhados procuram promover a formação de valores intelectuais, morais e espirituais. Embora seja de matrícula facultativa, atualmente nesta escola não há casos em que os alunos se recusam a participar das aulas, em caso contrário, deverão ser garantidas aos alunos atividades alternativas artísticas e outras.

O Ensino da Arte constitui componente curricular obrigatório nos seguintes anos: 4º ano, 9º ano e na turma de aceleração PAV – anos finais, como forma de promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

A Educação Física também é componente curricular obrigatório e deve se ajustar à faixa etária e as condições da população escolar.

A questão ambiental contemporânea deve ser trabalhada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e a energia das crianças para a preservação do Planeta onde vivem.

O recreio é planejado e supervisionado pelos professores, tendo em vista que constitui atividade curricular importante e recurso pedagógico para a socialização entre os alunos.

Para a real execução dos programas propostos, a escola procura incentivar e coordenar a realização de atividades tais como: excursões, pesquisa de campo, entrevistas, promoção de feiras, exposições e outras atividades que contribuam de maneira eficaz com o processo de ensino-aprendizagem.

4.3 - METODOLOGIA

Tendo como referência a Resolução de nº1.086/08, que dispõe sobre a Reorganização do Ensino Fundamental em nove anos, com ênfase na alfabetização e letramento, a Escola Municipal João Guimarães Rosa, utiliza uma metodologia que desperta no aluno uma atitude positiva em relação à escola e ao conhecimento, através de um processo de ensino-aprendizagem estruturado de maneira que permita ao aluno:

- ✓ Encontrar sentido e significado nas atividades que lhe são propostas;
- ✓ Vivenciar experiências prazerosas de aprendizagem;
- ✓ Ter a oportunidade de conviver de forma respeitosa e afetiva com seus pares e com os profissionais da escola;
- ✓ Perceber o ambiente escolar como um espaço acolhedor, agradável, estimulante e desafiador, em que se sinta apoiado e instigado a pesquisar, perguntar, questionar, tomar iniciativas, enfim, a ser sujeito no processo de conhecimento.

Vivenciar situações diversificadas que permitam o aprendizado para a vida contemplando o aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e ser ouvido, a reivindicar direitos, a cumprir obrigações e a participar de forma dinâmica da vida científica, religiosa, cultural, social e política de sua comunidade, cidade, estado e país.

Na reorganização do Ensino Fundamental em 09 anos, com ênfase na alfabetização e letramento, a linha metodológica adotada procura desenvolver capacidades

lingüísticas mais relevantes a serem atingidas pelos alunos ao longo do Ciclo de alfabetização, de acordo com as orientações contidas nos cadernos do CEALE.

Os critérios básicos para a seleção dos procedimentos didáticos levam em consideração a criatividade do professor, o meio físico, o interesse e nível de aprendizagem dos alunos, os recursos utilizados e os objetivos a serem alcançados.

A escola conta com os mais variados recursos pedagógicos como: revistas, jornais, livros, TV, vídeo, computador, filmes, CDs e som. A organização do espaço físico da sala de aula é feita de acordo com os objetivos que cada professor tem para trabalhar em sua aula.

Os professores da escola deverão promover com seus alunos atividades criativas, lúdicas, críticas e interessantes, utilizando os mais variados procedimentos e técnicas como: dinâmica de grupo, contos, fábulas, reconto, trabalhos manuais, jogos variados, música, poesia, dança, jogral, teatro, filmes, oficinas, leitura e interpretação de gravuras, objetos e paisagens, excursão, passeio, aulas práticas expositivas, experiências, debates, entrevistas, palestras, pesquisas, gincanas e feiras.

Sempre que a experiência o indicar, e com a finalidade de atender às conveniências didático-pedagógicas, os conteúdos, os currículos e programas podem sofrer reajustes, adaptando-se ao nível de desenvolvimento dos alunos e a evolução do meio social.

5 - TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização do tempo escolar adotada pela Escola Municipal João Guimarães Rosa, está de acordo com o disposto na Lei nº 9394/96, na Resolução nº 1086 da SEE-MG, de 16 de abril de 2008, na Resolução Nº 521/04 da SEE-MG de 02 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Ensino Fundamental com duração de nove anos e na Resolução Nº 443/01 que dispõe sobre a Educação Infantil.

A escola atende alunos do 1º Período que completarem quatro anos até 30 de março e os do 2º Período cinco anos completos até 30 de março do ano em curso.

A Educação Infantil tem a função de preparar a criança para a alfabetização através de ações pedagógicas que garantam:

- O desenvolvimento sócio-emocional, psicomotor e cognitivo do aluno, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca e o conhecimento da cultura local e regional.
- O conhecimento sobre artes plásticas e cênicas, educação musical, ambiental e sexual, as linguagens, percepção espacial, temporal e corporal, brincadeiras sensório-motoras, atividades de raciocínio lógico-matemático, seriação, quantificação, classificação, conto, reconto, histórias infantis e datas comemorativas.
- A construção dos aspectos da função simbólica, como a percepção, memória, imagem desenho e jogos, para favorecer o levantamento de hipóteses.
- A promoção e estimulação de atividades que desenvolvam a criatividade, espontaneidade e livre expressão.
- O desenvolvimento da capacidade e aprendizagem, para aquisição de conhecimentos e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

Os anos iniciais são organizados em dois ciclos:

I – Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade – 1º, 2º e 3º Anos.

II – Ciclo Complementar, com a duração de dois anos de escolaridade - 4º e 5º Anos.

O Ciclo da Alfabetização, a que terão ingresso os alunos com seis anos de idade completos ou a completar até 30 de março do ano em curso, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos sejam capazes de:

I – 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura.
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita.
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita.
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

II – 2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos.

- b) produzir pequenos textos escritos.
- c) fazer o uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III – 3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos.
- b) localizar informações no texto.
- c) ler oralmente com fluência e expressividade.
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área de Português todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura. E na área da matemática, devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos quantitativos básicos e resolver operações matemáticas com autonomia.

O Ciclo Complementar, a que terão ingresso os alunos que já adquiriram as habilidades de ler e escrever terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, sejam capazes de:

I – 4º Ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatário e contexto;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses.
- d) selecionar, com autonomia, textos literários segundo seus interesses.

II – 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de idéias e correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, com autonomia, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam eles informativos, literários, de comunicação e outros gêneros.

Ao final do Ciclo Complementar, na área do Português, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender e retirar informações contidas no texto e redigir com autonomia, coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical. E na área da matemática devem dominar a compreensão e o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos

mentais, resolver operações matemáticas mais complexas com autonomia e ter conhecimentos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma.

Os quatro anos finais do Ensino Fundamental são organizados em regime anual e tem a denominação de 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano.

Na organização curricular dos anos finais do Ensino Fundamental são observadas as diretrizes contidas nos Conteúdos Básicos Comuns – CBC, definidos pela Resolução SEE nº 666/2005, de 08 de abril de 2005.

5.1 - ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

A escola de Tempo Integral tem como objetivo principal a ampliação da jornada escolar e é referendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº9394/96 - LDB, a qual amplia a jornada de estudos do aluno no Ensino Fundamental:

Art 34. A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

A Escola Municipal João Guimarães Rosa, atende em tempo integral, onde desenvolve, dentro de suas condições físicas e humanas, atividades relativas às questões ambientais, práticas esportivas, oficinas de arte, bordados, capoeira, dentre outras, também auxilia os alunos na realização das atividades de reforço escolar. Essas atividades são organizadas pelas assistentes - estagiárias do Curso Normal para o Magistério. Os estudantes chegam à escola às 7h, estudam no curso regular até as 11:30 min. Após encerramento das aulas é servido o almoço. Às 12:30min inicia a jornada de trabalho com as assistentes até 17h.

Segundo Cavalieri (2007), e de acordo com a realidade desta escola, o tempo integral das crianças não se configura como tempo pedagógico, e sim como um tempo para que os pais possam trabalhar, uma vez que eles não têm com quem deixar as crianças.

Nessa perspectiva segundo Ana Maria Cavaliere,

A ampliação do tempo diário de escola pode ser entendida e justificada de diferentes formas, ampliação do tempo como forma de se alcançar melhores resultados da ação escolar sobre os indivíduos, devido à maior exposição desse às práticas e rotinas escolares, ampliação do tempo como adequação da escola

às novas condições da vida urbana, das famílias e particularmente da mulher, ampliação do tempo como integrante da mudança na própria concepção de educação escolar, isto é, no papel da escola na vida e na formação dos indivíduos (Cavaliere, 2007, p.1016)

A escola desempenha esse papel social muitas vezes sem ter uma estrutura organizada, e isto tem trazido certos conflitos dentro da escola, que carece de um projeto específico que venha ao encontro das habilidades e prazeres desses discentes. Em conseqüência, a escola tem perdido alunos do período de tempo integral, faltam materiais para atender o esporte, a arte e as necessidades educacionais com jogos matemáticos interessantes, livros com histórias atraentes e principalmente profissionais interessados e remunerados a altura do trabalho que deveriam realizar, visto que as assistentes/estagiárias recebem um valor irrisório e por isso muitas vezes não se sentem entusiasmadas e nem responsáveis por dinamizar o trabalho. Existe uma demanda junto a Secretaria de Educação no sentido de regulamentar essa estrutura, viabilizando recursos financeiros específicos para a implementação desta escola integral, uma vez entendendo que o número de alunos assistidos é considerável.

6 - PROCESSOS DE DECISÃO.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (Paulo Freire)

A gestão democrática implica dois processos de fundamental importância para que possa de fato haver participação da comunidade e a práxis aconteça verdadeiramente que é o planejar e o administrar.

Percebemos ao longo da história da humanidade que a participação do povo sempre foi pequena, devido às oportunidades que sempre foram negadas pela classe dominante, isto não foi diferente na história da sociedade brasileira que se fez e ainda se faz baseada em princípios e medidas que sempre privilegiam aqueles que já são privilegiados, e pouco ou nada beneficiam as classes populares. É preciso manter vivas nossas esperanças como disse o educador Paulo Freire, “sem o mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate... ela só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja”.

Dentro deste processo destaca-se a necessidade do fortalecimento da gestão democrática, como forma de superação da centralidade na pessoa do gestor, o incentivo à participação da comunidade escolar fortalece a autonomia da escola e tornar a fraqueza do oprimido em força, para que a força do opressor se transforme em fraqueza, essa é uma tarefa comunitária, desafiadora.

Na Escola Municipal João Guimarães Rosa podem destacar momentos importantes no processo de decisão:

- Reunião administrativa política pedagógica: realizado com a participação de toda comunidade escolar a cada dois anos, tem como objetivo informar e avaliar o Projeto Político Pedagógico e também a parte administrativa da escola.
- Conselho Escolar: órgão colegiado compostos por representantes da comunidade escolar e local, com atribuições consultivas, deliberativas, fiscal e de mobilização sobre questões Político/Pedagógico/Administrativas, no âmbito da escola.
- Caixa Escolar: responsável pelas questões financeiras da escola, reúne-se duas vezes ao ano para prestação de contas e quando necessário é convocado pelo presidente da mesma.
- Diretor: representante legal da escola. Tem a função de coordenar o funcionamento geral da escola e executar deliberações coletivas, tendo como base as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), LDB e Constituição Brasileira.

O grande desafio é a integração destas instâncias colegiadas nos processos de decisão, pois o corpo docente desta escola é composto por professores que trabalham em mais de uma escola, dificultando a mobilização dos mesmos em busca de possíveis soluções dos problemas vivenciados no cotidiano escolar. Cabe então ao diretor planejar, estimular, organizar e fazer acontecer momentos de formação, confraternização, entrosamento, lazer e discussão com a certeza de que a gestão democrática depende do envolvimento de todos.

7 - RELAÇÕES DE TRABALHO.

A Escola Municipal João Guimarães Rosa, tem como prioridade envolver as famílias em seu trabalho educativo. Acreditamos que é nesse encontro escola, aluno e família que se pode construir uma relação de troca, de complementaridade que possibilita a todos educar e ser educados. O papel do educador desta escola é auxiliar o aluno, incentivar, valorizar, desenvolver capacidades e superar limites estabelecendo relações, convívio social, ajudando-o a construir e produzir conhecimentos.

A convivência com a comunidade tem sido estimulada através de uma gestão participativa e democrática e temos buscado conhecer seus hábitos, valores e costumes para que possamos melhorar esta relação.

A escola tem um calendário de festividades onde acontece uma socialização dos funcionários, um momento de integração e descontração, buscando uma maior aproximação com a comunidade local através da participação em Comemorações Cívicas, Passeata Ecológica, Caminhada Cidadã (07 de setembro), Eventos e Festas Religiosas, Culturais e Sociais, Feira Folclórica, Feira Literária, Festa Junina, Festa da Primavera, Carnaval na Escola, Homenagem ao Dia do Professor, Semana da Criança, Sarau Poético, Festa da Consciência Negra, Dia da Família na Escola, Homenagem ao Dia Internacional da Mulher, Dia dos Pais, Dia da Mães, Gincana envolvendo os pais, Confraternização no início e final do ano e Formatura do 2º Período, bem como uma confraternização de despedida com os alunos do 5º e 9º anos ao final de cada ano.

A relação entre funcionários atualmente é harmônica, valendo lembrar que já vivenciamos sérias situações de conflitos, porém foi feito um trabalho árduo onde realizamos palestras abordando temas como ética, solidariedade, coletividade, como lidar com sentimentos e auto-estima, momentos de orações, reflexões sobre a importância de cada um na formação de uma equipe que busca o mesmo objetivo.

8 - AVALIAÇÃO

O processo de avaliação aluno adotado pela Escola João Guimarães Rosa segue as orientações da resolução da SEE Nº 1086, de abril de 2008, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Ensino Fundamental nas escolas estaduais de Minas Gerais que em seu artigo 17, a avaliação é tratada como processo de aprendizagem no Ensino Fundamental. Esta é contínua, diagnóstica, baseada em objetivos definidos para cada ano de escolaridade, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos. Aos pais é garantido, em qualquer tempo, o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos. Os resultados da avaliação da aprendizagem são comunicados bimestralmente aos pais e alunos, por escrito, utilizando-se conceitos para os alunos da educação infantil e anos iniciais e notas para os anos finais, caso o aluno necessite é informado aos pais durante o conselho de classe as estratégias de atendimento pedagógico diferenciados utilizadas pela escola.

A LDB 9394/96 trouxe mudanças significativas quanto à avaliação, tanto no aspecto pedagógico como da legalidade, que privilegia os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Faz-se necessário repensar a avaliação como um processo contínuo, cumulativo e sistemático que permeia todas as atividades desenvolvidas com os alunos, principalmente na relação professor-aluno no tratamento dos conhecimentos. Portanto, a intervenção do professor diante dos avanços e dificuldades ajuda a construir as mediações necessárias para a aquisição do conhecimento.

Em suas práticas pedagógicas a Escola Municipal João Guimarães Rosa busca dar sentido a avaliação do aproveitamento do aluno com possibilidade de aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem, considerando os vários eixos do conhecimento:

Conceituais – a aprendizagem dos conteúdos conceituais envolve a abordagem de conceitos, fatos e princípios que possam conduzir o aluno à representação da realidade, operando através de símbolos, idéias, signos e imagens. Para isso, o aluno precisa adquirir informações e vivenciar situações-problema que lhes permitam a aproximação de novos conhecimentos, que os conduzam à construção de generalizações parciais e que, ao longo de suas experiências, possibilitará a elaboração de conceitos mais abrangentes de maior nível de abstração.

Procedimentais – os procedimentais expressam um saber fazer, que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória, para atingir uma meta. Trata-se de o aluno saber por seus próprios meios se o resultado que obteve é razoável ou absurdo, se o procedimento utilizado é correto ou não, se o argumento de seu colega é consistente ou contraditório.

Atitudinais – os conteúdos atitudinais permeiam todo o conhecimento escolar. A escola é um contexto socializador, gerador de atitudes relativas ao conhecimento, ao professor, aos colegas, às disciplinas, às tarefas e à sociedade. Para a aprendizagem de atitudes é necessária uma prática constante, coerente e sistemática, em que valores e atitudes almejadas sejam expressos no relacionamento entre as pessoas e na escolha a serem tratados. Além das questões de ordem emocional, tem relevância no aprendizado dos conteúdos atitudinais o fato de cada aluno pertencer a um grupo social, com seus próprios valores e atitudes.

Tendo em vista tal amplitude, a Escola Municipal João Guimarães Rosa tem como proposta de acompanhamento do desempenho escolar a verificação dos conhecimentos, habilidades, competências e atitudes dos alunos, de forma contínua, cumulativa e sistemática, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos ao longo do ano letivo sobre os de eventuais provas finais.

A verificação do desempenho busca avaliar o grau de desenvolvimento do aluno, o entendimento de seus avanços e dificuldades em relação aos objetivos propostos, tendo em vista a re (orientação) das atividades de ensino.

É importante que o professor saiba observar, interpretar, investigar o desempenho escolar do aluno, buscando acompanhar o processo de construção do conhecimento e identificar os indicadores do seu progresso, o que permite a adoção de recursos pedagógicos diversificados para trabalhar as diferenças individuais.

A avaliação para o aluno é um momento de aprendizagem na medida em que propicia a tomada de consciência dos seus progressos e dificuldades. A escola estimula o aluno a fazer a auto-avaliação, para que ele aprenda a analisar o seu desempenho escolar, desenvolvendo o seu senso crítico e sua autonomia.

Os resultados da aprendizagem são aferidos através de avaliação sistemática e contínua dos trabalhos, pesquisas, experiências, exercícios, leituras, debates, avaliações orais e provas escritas. Esses resultados são expressos em cada

bimestre através de conceitos e observações. As informações coletadas são registradas pelo professor, construindo fonte de referência para o acompanhamento do aluno. A escola divulga para os pais e/ou responsáveis pelos alunos o processo de avaliação e verificação do desempenho escolar durante o ano letivo.

A avaliação na Educação Infantil tem por finalidade verificar a adequação do desenvolvimento do aluno nas áreas cognitiva, intelectual, psicomotora, emocional e social, levando-se em consideração as características da faixa etária. O registro é feito através da ficha de acompanhamento de aprendizagem e registro no diário de classe e são informados aos pais e /ou responsáveis, bimestralmente.

8.1- REGISTROS DA AVALIAÇÃO

Os registros e os meios de informação que a escola dispõe apóiam em instrumentos de natureza mais qualitativa como ficha individual do aluno no diário escolar; boletins escolares e gráficos de rendimento da turma.

Os referenciais avaliados nas áreas do conhecimento são:

(A) – Alcançou suficientemente os objetivos de estudo – Percentual de aproveitamento 80% a 100%.

(B) – Alcançou parcialmente os objetivos de estudo - Percentual de aproveitamento 60% a 79%.

(C) – Com um pouco mais de esforço conseguirá alcançar os objetivos de estudo – Percentual de aproveitamento 0% a 59%.

O referencial avaliado nos processos de formação é:

(S) = Sim

(N) = Não

(AV) = Às vezes

I – Atitudes e valores éticos

II – Compromisso e assiduidade

III – Criatividade e criticidade

IV – Participação da família

O ano letivo é dividido em 04 etapas para avaliação com conseqüente registro e comunicação aos pais:

1º registro – Fevereiro/ Março/ Abril

2º registro – Maio/ Junho/ Julho

3º registro – Agosto/ Setembro

4º registro – Outubro/ Novembro/ Dezembro

O aluno e ou seu responsável, quando menor, terá acesso, sempre que solicitado, à ficha descritiva do desenvolvimento do aluno, no decorrer do ano letivo.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICAS.

Biblioteca do curso.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública.

Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. O campo do Currículo no Brasil: os anos Noventas.